As mudanças nas políticas de acesso ao ensino superior durante a COVID-19

Impacto na equidade

EDULOG

FUNDAÇÃO BELMIRO DE AZEVEDO

IDENTIFICAÇÃO

Título

As mudanças nas políticas de acesso ao ensino superior durante a COVID-19: impacto na equidade

Identificação dos proponentes

Orlanda Tavares
(CeiED - Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento)

Carla Sá
(NIPE - Núcleo de Investigação em Políticas Económicas e Empresariais)

CONTEXTO

Tendo em conta a situação sanitária que afetou o mundo, criada pela pandemia do COVID 19, foram tomadas, em Portugal, medidas educativas excecionais e temporárias de resposta à pandemia no sentido de limitar as atividades letivas e não letivas presenciais. Ao nível do ensino secundário, o Decreto-Lei n.º 14-G/2020 de 13 de abril, Artigo 8.º altera o regime de avaliação, aprovação de disciplinas e conclusão do ensino secundário, nomeadamente em dois aspetos essenciais que influenciam o acesso ao ensino superior:

- Para efeitos de avaliação, aprovação de disciplinas e conclusão do ensino secundário, incluindo disciplinas em que haja lugar à realização de exames finais nacionais, é apenas considerada a avaliação interna.

- Os alunos realizam exames finais nacionais apenas nas disciplinas que elejam como provas de ingresso para efeitos de acesso ao ensino superior, sendo ainda permitida a realização desses exames para melhoria de nota, relevando o seu resultado apenas como classificação de prova de ingresso.

A par disto, a pandemia obrigou ao encerramento das escolas e à passagem para o ensino à distância, num período de confinamento sem precedentes. Neste contexto, o IAVE (Instituto de Avaliação Educativa), para minimizar os potenciais efeitos do confinamento nas aprendizagens, alterou a estrutura dos exames nacionais. A par de perguntas de resposta obrigatória, foi incluído

um conjunto de questões opcionais que aumenta a probabilidade de um aluno conseguir classificação máxima nalguns grupos, mesmo falhando ou não respondendo a algumas perguntas. Neste segundo conjunto de questões opcionais, apenas contam as melhores respostas de um determinado número de perguntas, que varia de exame para exame. Além disto, um aluno que faça exame apenas na segunda fase por ter estado doente com Covid-19 na primeira, poderá excecionalmente concorrer à 1.ª fase do concurso nacional de acesso ao ensino superior.

Todas estas alterações tiveram impacto, por um lado, na subida das médias de acesso ao ensino superior, e, por outro, no número de inscrições no primeiro ano, pela primeira vez. De acordo com a DGES (Direção Geral do Ensino Superior), o número de candidatos ao ensino superior, em 2020, foi o mais elevado desde 1996 (62.675 estudantes) e em 2021 continuou a crescer (63.878 estudantes). Este aumento, que se traduziu também numa maior participação de estudantes no ensino superior, poderá representar mais e melhores oportunidades para estudantes que não ingressariam no ensino superior em circunstâncias não excecionais.

A passagem ao ensino à distância, com os seus custos e benefícios, estendeu-se ao ensino superior. Para muitos estudantes, este modo de ensino prejudicou o processo ensino-aprendizagem e o desenvolvimento de competências essenciais ao seu futuro ingresso no mercado de trabalho. Este pode ter sido um motivo adicional a acrescentar a outros que conduzem, anualmente, os estudantes ao abandono do ensino superior. Para outros estudantes, foi uma forma de redução dos custos associados ao alojamento ou às viagens diárias, tornando até mais fácil a frequência das aulas por parte de alguns grupos de estudantes, sobretudo dos que dividiam o seu tempo entre o ensino superior e uma atividade profissional. Nestes casos, a permanência no ensino superior pode ter sido favorecida. O efeito líquido sobre a permanência/abandono do ensino superior está, no entanto, por quantificar e analisar.

ENQUADRAMENTO

À semelhança de outros países onde a expansão do acesso ao ensino superior se tornou um objetivo político de promoção da justiça social e do desenvolvimento económico (OCDE, 2008), em Portugal, após a revolução democrática de 1974, acreditava-se que a massificação do ensino superior poderia reduzir as desigualdades na participação no ensino superior (Amaral & Magalhães, 2009). Para o efeito, ao longo das décadas seguintes, foram criadas instituições politécnicas para oferecer programas de ensino superior mais curtos e vocacionais e permitiu-se a expansão do setor privado para responder à crescente procura de ensino superior. No sentido de recuperar o atraso em relação aos países da OCDE e da União Europeia, Portugal tem implementado medidas, desde meados dos anos 2000, no sentido de aumentar os níveis de escolarização da população: a obrigatoriedade da educação pré-escolar, a diversificação da oferta do ensino secundário, a oferta de percursos curriculares alternativos no ensino secundário

e a obrigatoriedade do ensino até aos 18 anos de idade (esta última medida data de 2012) (Baptista et al. 2022). Tal como noutros países europeus, o combate ao abandono escolar precoce tornou-se uma prioridade política, manifestada na consolidação do setor público e na oferta de apoio às famílias de baixo rendimento para retardar a entrada prematura no mercado de trabalho (Amaral et al., 2016). Paralelamente, o acesso ao ensino superior foi alargado para incluir novos públicos. Num contexto de descida demográfica, a oferta do ensino superior foi ainda mais diversificada através da criação, em 2014, de cursos técnico superiores profissionais (CTeSP), não conferentes de grau, mas destinados a atrair estudantes com perfil profissional ou aqueles que não obtiveram notas satisfatórias no concurso nacional de acesso ao ensino superior, ou ainda os estudantes adultos (maiores de 23 anos).

Todas estas medidas tiveram efeitos visíveis. Segundo os resultados provisórios do Censos 2021, o nível de escolaridade da população aumentou de forma muito significativa na última década. A população sem nenhum nível de ensino tem vindo a descer de forma acentuada: ao passo que há dez anos, 18,8% dos portugueses não tinha completado sequer o primeiro ciclo, agora são 13,7%. De igual modo, a população com ensino secundário aumentou significativamente entre 2011 e 2021, subindo de 14,2% para 21,3%. Também ao nível do ensino superior há melhorias significativas: 17,4% do total da população contra 11,8% em 2011.

No entanto, a experiência e o tempo decorrido mostraram que a massificação, por si só, tem sido insuficiente para resolver o problema das desigualdades, quer nos níveis anteriores ao ensino superior (Halsey, Heath & Ridge, 1980), quer ao nível do ensino superior (Tavares et al. 2022; Lynch & O'riordan, 1998; Tsui, 2003; Chesters & Watson, 2013). Apesar da expansão do sistema e da diversificação do corpo discente, em Portugal continuam a existir diferenças nas taxas de transição para o ensino superior em função de fatores como o tipo de ensino secundário frequentado, o nível socioeconómico ou o género (Baptista, Sin e Tavares, 2022; Domingos, Mestre & Baptista, 2016). As desigualdades no acesso estão intimamente ligadas aos fatores culturais e económicos que são difíceis de contornar (Nata, Pereira & Neves, 2014), e que são cumulativos nos percursos educativos dos estudantes ainda antes do ensino superior (Buisson-Fenet & Draelants, 2013; Frempong, Ma & Mensah, 2012; OCDE, 2008).

A literatura identifica vários fatores que influenciam a transição do secundário para o superior: o estatuto socioeconómico (Marginson, 2016), a escolaridade dos pais (Chesters & Watson, 2013; Cingano, 2014; Marginson, 2016; OECD, 2008; Van de Werfhorst & Hofstede, 2007), o desempenho académico, frequentemente considerado como influenciado pelo contexto socioeconómico (Brynes & Miller, 2007; Chowdry et al., 2008), a frequência de escolas particulares (Chesters & Watson, 2013; Engberg & Wolniak, 2010; Mangan et al., 2010), o género (Richardson, Mittelmeier & Rienties, 2020), e região (Lourenço et al., 2020; Mangan et al., 2010; OCDE, 2008; Sá, Florax & Rietveld, 2004).

O estatuto socioeconómico parece continuar a ter um impacto significativo na participação dos estudantes na educação, nomeadamente nos níveis de ensino mais dependentes da despesa privada, tais como creches, educação pré-escolar e ensino superior (OCDE 2021). Em Portugal, a despesa privada representou 32% da despesa total no ensino superior, valor aproximado à média

verificados entre os países da OCDE (30%). Os estudantes de meios socioeconómicos mais vulneráveis mostram uma maior propensão a matricularem-se em cursos vocacionais – cursos de dupla certificação – do ensino secundário do que nos cursos gerais [científico-humanísticos]. Os estudantes cujos pais têm formação superior representavam 40% dos alunos matriculados em cursos de dupla certificação do ensino secundário, em comparação com 47% entre os matriculados em cursos de carácter geral.

OBJETIVOS DO ESTUDO

O objetivo central deste estudo é o de avaliar o impacto desta alteração (temporária) das regras de acesso na transição do ensino secundário para o ensino superior. A avaliação da política será orientada pela seguinte questão de investigação: as mudanças introduzidas nas regras de acesso traduziram-se em mais equidade na transição do ensino secundário para o ensino superior?

São objetivos específicos deste projeto:

1. Caracterizar o grupo de estudantes do ensino secundário que, apesar das novas regras de acesso, não concorre ao ensino superior:

- reunindo condições de elegibilidade;
- não reunindo condições de elegibilidade para se candidatar ao ensino superior, seja por abandono, seja por insucesso.

Estes dois grupos a que este projeto terá acesso têm ficado de fora de outros estudos que analisam o acesso ao ensino superior, os quais têm estado limitados pelas características dos dados, que se referem apenas aos candidatos que efetivamente concorreram.

2. Analisar o impacto da pandemia no sucesso e abandono dos que frequentaram o ensino superior, nomeadamente através de:

a) Comparação da situação antes e após a pandemia

b) Caracterização, em termos socioculturais, socioeconómicos, e de transição para o mercado de trabalho, do corpo discente dos cursos que maior incremento tiveram nas suas inscrições na sequência do aumento de candidatos que a mudança das regras de acesso causaram.

Espera-se que os resultados deste estudo acrescentem conhecimento sobre a transição do secundário para o ensino superior e sobre os subsistemas e áreas científicas que mais têm

beneficiado do aumento do número de candidatos. Por conseguinte, os resultados deste estudo poderão contribuir para a identificação de eventuais desigualdades decorrentes da pandemia, já que permitirá saber se existe mais ou menos participação dos grupos mais desfavorecidos em ciclos de estudo tradicionalmente mais seletivos.

METODOLOGIA, TAREFAS E RESULTADOS ESPERADOS

Previsto para ter uma duração de 18 meses, o estudo deverá decompor-se em duas partes principais, uma teórica, outra empírica, organizado nas seguintes tarefas:

Tarefa 1

A parte teórica do estudo sustentar-se-á numa revisão da literatura, que dará início ao estudo e permitirá o seu enquadramento teórico-conceptual. Esta revisão deverá incidir sobre os principais fatores que representam fontes de desigualdade, quer na transição para o ensino superior, quer na participação e progressão no ensino superior:

1. o tipo de curso secundário frequentado pelos estudantes;
2. as características dos estudantes (género, nível sociocultural e socioeconómico);
3. diferenças regionais;
4. notas internas das escolas secundárias usadas no concurso nacional de acesso;
5. classificações nos exames nacionais;
6. Impactos da pandemia no sucesso e abandono.

A parte empírica do estudo deverá recorrer a análises estatísticas e análises qualitativas que melhor descrevam os impactos das alterações observadas, a desenvolver nas seguintes tarefas:

Tarefa 2

Decisão de participar ou não no ensino superior: o que mudou?

Objetivos: Perceber até que ponto as alterações nas regras de acesso permitiram a passagem ao ensino superior de estudantes que, tipicamente, não o fariam. Perceber quem são os estudantes que continuam a não transitar para o ensino superior.

Dados e métodos: Será construída uma base de dados com informação por escola secundária e por concelho, com base na informação constante da MISI, do InfoEscolas e do Júri Nacional de Exames.

Será comparada a participação no ensino superior no período antes a após o início da pandemia através da análise dos cursos que maior incremento tiveram nas suas inscrições na sequência do aumento de candidatos que a mudança das regras de acesso causou.

Será ainda caracterizado o grupo dos que não podem/pretendem participar no ensino superior recorrendo a análises estatísticas. Numa segunda fase, a partir da identificação do tipo de escolas com maior percentagem de alunos que não se candidatam ao ensino superior, será selecionada uma amostra de alunos no sentido de compreender mais aprofundadamente as razões para a sua escolha de não continuar os estudos. Realizar-se-ão grupos focais com estes alunos.

Tarefa 3

Abandono do ensino superior e alteração das regras de acesso

Objetivos: Descrever o possível impacto da pandemia sobre as decisões de permanência e abandono do ensino superior, identificando possíveis diferenças entre os cursos que mais aumentaram o corpo de estudantes e os restantes. Analisar o possível impacto da pandemia em alguns grupos, por exemplo, trabalhadores-estudantes.

Dados e métodos: A análise assentará numa base de dados com informação por par curso/estabelecimento a construir a partir dos dados disponibilizados no Portal InfoCursos e, para o caso das IES, do acesso ao ensino superior. Os riscos de abandono e a permanência, bem como os seus determinantes, serão comparados nos períodos pré e pós-pandemia, entre grupos de estudantes.

Tarefa 4

Abandono do ensino superior: estudantes de 1º ciclo versus 2º ciclo

Objetivo: A avaliação dos custos e benefícios de permanecer no ensino superior depende em grande medida das características dos estudantes. Os trabalhadores-estudantes, em geral, abandonam mais que os restantes estudantes, por exemplo. Estando este grupo de estudantes, em média, mais representado nos cursos de 2º ciclo, importa perceber se a pandemia, e o consequente ensino à distância, teve impacto diferente sobre o abandono nos 1º e 2º ciclos de estudos.

Dados e métodos: a vertente quantitativa do estudo basear-se-á na base de dados InfoCursos, com informação por par curso/estabelecimento para os dois ciclos de estudos. A vertente qualitativa basear-se-á nos dados provenientes de grupos focais com estudantes de primeiro e segundo ciclos. A sua seleção será orientada pela análise quantitativa prévia.

Tarefa 5

Sistematização dos resultados

Objetivos e descrição da tarefa: pretende compilar os principais resultados deste trabalho de investigação num relatório dirigido ao público em geral.

Resultados esperados

2 relatórios de progresso
1 relatório final
3 artigos científicos

CALENDARIZAÇÃO

Tarefas	2022		2023											2024				
	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI
1																			
2																			
3																			
4																			
5																			
			Relatório de progresso 1					Relatório de progresso 2									Relatório final		

EQUIPA DE INVESTIGAÇÃO

Orlanda Tavares é professora auxiliar da Universidade Lusófona do Porto e investigadora no CeiED (Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento) e colaboradora no CIPES (Centro de Investigação em Políticas de Ensino Superior). Doutorou-se em Ciências da Educação pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Tem publicado em revistas e livros internacionais com revisão por pares, tendo como interesses de investigação as políticas de ensino superior, o acesso e a equidade, as escolhas dos estudantes, a empregabilidade, a garantia da qualidade, entre outros. É membro do CHER e do EAIR.
https://www.ceied.ulusofona.pt/pt/investigadoresas/investigadores-integrados/orlanda-tavares/
http://www.cipes.pt/user/25?language=pt-pt

Carla Sá é professora auxiliar do Departamento de Economia da UM e investigadora no NIPE (Núcleo de Investigação em Políticas Económicas) e no CIPES (Centro de Investigação em Políticas do Ensino Superior). Doutorou-se em Economia no Tinbergen Institute/Vrij Universiteit Amsterdam, na Holanda. Os seus interesses de investigação situam-se na interseção da Economia da Educação e da Economia Espacial, nomeadamente no processo de decisão dos estudantes. Tem feito parte de equipas de investigação de projetos financiados pela FCT, A3ES (Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior), FFMS (Fundação Francisco Manuel dos Santos) e Fundação Belmiro de Azevedo. Tem ainda desenvolvido trabalhos de consultadoria para organizações como o Ministério do Trabalho e o ILO (Organização Internacional do Trabalho).
https://www.eeg.uminho.pt/pt/_layouts/15/uminho.portaisuoei.ui/pages/userinfo.aspx?p=2070

Cristina Sin é investigadora no CeiED (Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento) e professora auxiliar da Universidade Lusófona do Porto, e colaboradora no CIPES (Centro de Investigação em Políticas de Ensino Superior). Doutorou-se em educação na Universidade de Lancaster, no Reino Unido. Os seus interesses de investigação são: as políticas europeias de ensino superior; a internacionalização do ensino superior; a empregabilidade; a equidade. No passado trabalhou como investigadora na Universidade de Lancaster (UK) no *Centre for the Study of Education and Training* e como gestora de projetos na Higher Education Academy (UK). É editora associada do *European Journal of Higher Education*.
https://www.ceied.ulusofona.pt/pt/investigadoresas/investigadores-integrados/cristina-sin/

Sónia Cardoso é professora auxiliar da Universidade Lusófona do Porto, investigadora integrada no CeiED (Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento) e investigadora colaboradora no CIPES (Centro de Investigação em Políticas de Ensino Superior). Doutorou-se em Ciências Sociais, pela Universidade de Aveiro. Tem publicado em revistas e livros internacionais com revisão por pares, tendo como interesses de investigação os estudantes de ensino superior, os académicos e a profissão académica, as questões de género na academia, acesso, internacionalização, empregabilidade e, mais recentemente, a educação doutoral. É revisora de várias revistas internacionais de referência no âmbito da temática do ensino superior. É membro do CHER e do EAIR.
https://www.ceied.ulusofona.pt/pt/investigadoresas/investigadores-integrados/sonia-cardoso/
https://www.cipes.pt/user/30/

Dois investigadores a contratar pelo projeto, um com um perfil mais quantitativo e outro com perfil mais qualitativo.

SUMÁRIO DAS ORGANIZAÇÕES PROPONENTES

CeiED: O Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeiED) é uma unidade de I&D constituída na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT) para as áreas da Educação, Património, Desenvolvimento Humano e Museologia. Tem a sua origem no Centro de Estudos e Intervenção em Educação e Formação (CeiEF), a que se juntaram, no início de 2013, após alguns anos de projetos conjuntos, investigadores das áreas da geografia humana e museologia provenientes do TERCUD (Centro de Estudos Território, Cultura e Desenvolvimento). No CeiED participam investigadores de outras IES do Grupo Lusófona (ULP e ESEAG), do ensino superior politécnico público (Institutos Politécnicos de Castelo Branco, Portalegre e Santarém) e privado (Instituto Superior de Ciências Educativas), bem como investigadores que trabalham noutros campos educativos. O CeiED integra, de forma interdisciplinar, investigação e formação avançada.

https://www.ceied.ulusofona.pt/en/

NIPE: Fundado em 1999, o Núcleo de Investigação em Políticas Económicas e Empresariais (NIPE) é uma subunidade da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho. Inicialmente com um perfil mais especializado em Macroeconomia e Política Económica, o crescimento do número de membros levou a um alargamento das áreas de interesse do centro a outros campos da Economia e, posteriormente, às Finanças e à Gestão.

O NIPE tem atualmente cerca de 100 membros, dos quais 43 são membros efetivos. Na última avaliação das Unidades de I&D efetuada, em 2019, pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, o NIPE obteve a classificação de Muito Bom, situando-se entre as quatro unidades de investigação melhor classificadas na área de investigação a que pertence.

Tem como missão produzir e partilhar investigação científica inovadora, relevante e rigorosa nas áreas de economia e gestão, de interesse para a academia, organizações e sociedade; informar e orientar tomadas de decisão; e contribuir para direcionar o seu campo disciplinar no sentido dos desafios económicos, sociais e ambientais do futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amaral, A., & Magalhães, A. (2009). Between institutional competition and the search for equality of opportunities: Access of mature students. Higher Education Policy, 22(4), 505-521.

Amaral, A., Magalhães, A., Caramelo, J., Cardoso, S., Rocha, C., Sin, C., Tavares, O., Vaz, H., Veiga, A., & Videira, P. (2016). Que perceções têm os portugueses sobre o valor da educação? Porto: Edulog, Fundação Belmiro de Azevedo.

Baptista, J. Sin, C. and Tavares, O. (2022) Data and reflections on access-transition to higher education in Portugal. In Tavares, O. Sá, C. Sin, C. and Amaral, A. (Eds.) (2021) *Equity Policies in Global Higher Education: Reducing Inequality and Increasing Participation and Attainment*. Springer/Palgrave MacMillan.

Brynes, J. P., & Miller, D. C. (2007). The relative importance of predictors of math and science achievement: An opportunity-propensity analysis. Contemporary Educational Psychology, 32(4), 599-629.

Buisson-Fenet, H., & Draelants, H. (2013). School-linking processes: describing and explaining their role in the social closure of French elite education. Higher Education, 66(1), 39-57.

Chesters, J. & Watson, L. (2013). Understanding the persistence of inequality in higher education: evidence from Australia. Journal of Education Policy, 28(2), 198-215.

Chesters, J., & Watson, L. (2013). Understanding the persistence of inequality in higher education: Evidence from Australia. Journal of Education Policy, 28(2), 198-215.

Chowdry, H., Crawford, C., Dearden, L., Goodman, A., & Vignoles, A. (2008). Widening participation in higher education: Analysis using linked administrative data. London: Institute for Fiscal Studies. Retrieved on 11 March 2020 from http://www.ifs.org.uk/publications.php?publication_id=4234.

Cingano, F. (2014). Trends in income inequality and its impact on economic growth. OECD Social, Employment and Migration Working Papers, No. 163. Paris: OECD.

Engberg, M. E., & Wolniak, G. C. (2010). Examining the effects of high school contexts on postsecondary enrollment. Research in Higher Education, 51(2), 132-153.

Frempong, G., Ma, X., & Mensah, J. (2012). Access to postsecondary education: can schools compensate for socioeconomic disadvantage?. Higher Education, 63(1), 19-32.

Halsey, A.H., Heath, A., & Ridge, J.M. (1980). Origins and Destinations. Oxford: Clarendon Press.

Lourenço, D., Sá, C., Tavares, O., & Cardoso, S. (2020). Enrolling in higher education: The impact of regional mobility and public-private substitution effects. Journal of Economic Issues, 54(1), 183-197.

Lynch, K. & O'riordan, C. (1998). Inequality in higher education: a study of class barriers. British Journal of Sociology of Education, 19(4), 445-478.

Mangan, J., Hughes, A., Davies, P., & Slack, K. (2010). Fair access, achievement and geography: explaining the association between social class and students' choice of university. Studies in Higher Education, 35(3), 335-350.

Marginson, S. (2016). The worldwide trend to high participation higher education: Dynamics of social stratification in inclusive systems. Higher Education, 72(4), 413-434.

Nata, G., Pereira, M. J., & Neves, T. (2014). Unfairness in access to higher education: a 11-year comparison of grade inflation by private and public secondary schools in Portugal. Higher Education, 68(6), 851-874.

OCDE (2021) *Education at a glance*, Portugal Country note.

OECD (2008). Thematic Review of Tertiary Education: Synthesis Report, Tertiary Education for the Knowledge Society, vol. 2. Paris: OECD.

Richardson, J. T., Mittelmeier, J., & Rienties, B. (2020). The role of gender, social class and ethnicity in participation and academic attainment in UK higher education: an update. Oxford Review of Education, 46(3), 346-362.

Sá, C., Florax, R. J., & Rietveld, P. (2004). Determinants of the regional demand for higher education in the Netherlands: A gravity model approach. Regional Studies, 38(4), 375-392.

Tsui, L. (2003). Reproducing Social Inequalities through Higher Education: Critical Thinking as Valued Capital. The Journal of Negro Education, 72(3), 318-332.

Van de Werfhorst, H.G., & Hofstede, S. (2007). Cultural capital or relative risk aversion? Two mechanisms for educational inequality compared. The British Journal of Sociology, 58(3): 391-415.

PUBLICAÇÕES RELEVANTES DOS MEMBROS DA EQUIPA

Baptista, J. Sin, C. and Tavares, O. (2022) Data and reflections on access-transition to higher education in Portugal. In Tavares, O. Sá, C. Sin, C. and Amaral, A. (Eds.) (2021) *Equity Policies in Global Higher Education: Reducing Inequality and Increasing Participation and Attainment*. Springer/Palgrave MacMillan.

Sá, C. Tavares, O. and Sin, C. (2022) Who is left out? Inequalities in higher education admissions and placements in Portugal. In Tavares, O. Sá, C. Sin, C. and Amaral, A. (Eds.) (2021) *Equity Policies in Global Higher Education: Reducing Inequality and Increasing Participation and Attainment*. Springer/Palgrave MacMillan.

Amaral, A., & Tavares, O. (2015). Bases da organização do sistema: Diversidade, acesso e equidade. ML Rodrigues and M. Heitor (eds), *40 anos de Políticas de Ciência e Ensino Superior em Portugal.* Coimbra, Almedina 40, 539-558.

Cardoso, S., & Tavares, O. (2018). Students' Drop Out, Higher Education. In *Encyclopedia of International Higher Education Systems and Institutions* (pp. 1-3). Springer, Dordrecht.

Lourenço, D., Sá, C., Tavares, O., & Cardoso, S. (2020). Enrolling in higher education: the impact of regional mobility and public-private substitution effects. Journal of Economic Issues, 54(1), 183-197.

Magalhães, A., Amaral, A. and Tavares, O. (2009) Equity, Access and Institutional Competition, *Tertiary Education and Management*, 15(1), 35-48.

Sá, C., & Tavares, O. (2018). How student choice consistency affects the success of applications in Portuguese higher education. *Studies in Higher Education*, *43*(12), 2148-2160.

Sin, C., Tavares, O., & Amaral, A. (2016). Student perceptions of the employability of the first degree in Portugal. *Education+Training*, *58*(9), 966-983.

Sin, C., Tavares, O., & Amaral, A. (2016). Who is responsible for employability? Student perceptions and practices. *Tertiary Education and Management*, *22*(1), 65-81.

Sin, C., Tavares, O., & Amaral, A. (2019). Accepting employability as a purpose of higher education? Academics' perceptions and practices. *Studies in Higher Education*, *44*(6), 920-931.

Tavares, O. Sá, C. Sin, C. and Amaral, A. (Eds.) (2022) *Equity Policies in Global Higher Education: Reducing Inequality and Increasing Participation and Attainment. Springer/Palgrave MacMillan.* *https://www.springer.com/gp/book/9783030696900#aboutAuthors*

Tavares, O., Sin, C. and Sá, C. (2022) Conclusion: learning from the past to shape future policies towards equity in higher education. In Tavares, O. Sá, C. Sin, C. and Amaral, A. (Eds.) (2021) *Equity Policies in Global Higher Education: Reducing Inequality and Increasing Participation and Attainment*. Springer/Palgrave MacMillan.

Tavares, O. (2017). The role of students' employability perceptions on Portuguese higher education choices. *Journal of Education and Work*, *30*(1), 106-121.

Tavares, O., Sin, C., Dias, D., & Rego, C. (2018). DROP-OUT AND COMPLETION AMONG PORTUGUESE STUDENTS. In *EDULEARN18 Proceedings* (pp. 1886-1892). IATED.

Tavares, O., Cardoso, S., and Sin, C. (2014). Mapping Portuguese institutional policies on access against the European standards and guidelines. In Jelena Branković, Manja Klemenčić, Predrag Lažetić and Pavel Zgaga (Eds.), *Global Challenges, Local Responses in Higher Education. The contemporary issues in national and comparative perspective* (pp. 229-243). Higher Education Research in the 21st Century Series – CHER conference volume. Rotterdam: Sense publishers.

Tavares, O. (2015) Acesso ao Ensino Superior: as preferências e a consistência das escolhas dos estudantes". In *Acesso ao Ensino Superior: desafios para o Século XXI*, Lisboa: Publicações CNE. http://www.cnedu.pt/content/edicoes/seminarios_e_coloquios/LivroCNE_AcessoEnsinoSuperior.pdf

Tavares, O. and Sá, C. (2015) As escolhas dos estudantes no acesso ao ensino superior: Preferências, mobilidade geográfica e consistência. In *Estado da Educação 2014*, Lisboa: CNE – Conselho Nacional de Educação, 346-355. ISBN 978-972-8360-91-7

Sá, C., Dias, D. and Tavares, O. (2013) *Tendências Recentes no Ensino Superior Português em Mapas e em Números*, N.º 7, Lisboa: A3ES Readings.

Tavares, O. and Cardoso, S. (2013) Enrolment choices in Portuguese higher education: do students behave as consumers? *Higher Education,* 66 (3), 297-309. (DOI) 10.1007/s10734-012-9605-5.

Tavares, O. (2013) Routes towards Portuguese higher education: students' preferred or feasible choices? *Educational Research,* 55 (1), 99-110.

Tavares, O. and Brites, J. (2012) Choices and Motivations: The why and how of Portuguese students' enrolment choices in higher education, *European Journal of Education*, 47 (2), 310-326.

Tavares, D., Tavares, O., Justino, E. and Amaral, A. (2008) Students' Preferences and Needs in Portuguese Higher Education, *European Journal of Education* 43 (1), 107-122.